

GEOGRAFIA, ARQUITECTURA E GESTÃO DA ÁGUA NUMA ALDEIA MINHOTA: O CASO DA FREGUESIA DE PERRE

Fabíola Franco Pires
(CITCEM)

Resumo/Abstract

A história da gestão da água nos meios rurais portugueses está por fazer. Deve-se essa lacuna, essencialmente, à dispersão ou inexistência de documentação associada: ora porque nos arquivos distritais ou judiciais não existe uma catalogação com entrada específica para esta temática, ora porque as regulamentações conhecidas pelo povo que utilizava os mananciais não era, muitas vezes, redigida. Quando o era, e perdida a importância para as gerações seguintes por falta de utilização dos mesmos, eram esses registos muitas vezes destruídos. Desaparecendo os últimos utilizadores, essa informação perde-se irremediavelmente.

Felizmente, aqui e ali, vamos conseguindo recolher documentação e testemunhos dispersos dessas realidades hoje praticamente caídas no esquecimento. Uma das formas de conhecermos melhor as práticas de gestão da água de rega levadas a cabo nas aldeias portuguesas, em especial na região do Alto-Minho, é analisando processos judiciais sobre conflitos de partilha de águas.

Para além de nos fornecer informação sobre os usos e costumes vigentes numa determinada época (e em anteriores) para um local muito específico, pode traçar-nos uma geografia muito precisa do espaço a que se reporta e seus elementos constituintes, a forma como era utilizado e seus intervenientes, permitindo-nos conhecer um pouco mais acerca do quotidiano agrícola de uma comunidade.

O estudo que apresentarei é um pequeno contributo nesse sentido. Partindo de dois documentos escritos da freguesia de Perre, em Viana do Castelo: um processo judicial de partilha de águas com respectiva cartografia associada, datado de 1941, mas que busca legitimidade em documentação de 1875; e um edital de 1876 com a descrição da divisão das águas pelos consortes de um conjunto de presas, pretende-se analisar como era feita a gestão de um manancial de água desde a sua nascente até aos limites da sua circunscrição, e que elementos eram integrados no seu sistema de funcionamento: moinhos, azenhas, presas, regos, levadas, brôxos, etc..

Pretende-se igualmente verificar que utilização tem ainda hoje esse sistema, seguindo os antigos percursos e reconstituindo-os, e tentando compreender os seus impactos paisagísticos actuais.

CV

Fabíola Franco Pires

Arquitecta Freelancer e Investigadora do CITCEM/FLUP. Doutoranda em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Pós-Graduada em História e Património – ramo Estudos Locais e Regionais (2013) na mesma instituição e Mestre em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto desde 2010.

É também colaboradora no CECS/UMinho no âmbito do projecto “Nascer em Portugal dentro e fora do casamento (séculos XVI a XX)”, no Estudo Histórico e Etnológico do Vale do Tua (Épocas Moderna e Contemporânea) promovido pela EDP e na elaboração do Estudo de Implementação da Rota da Arquitectura Tradicional de Arcos de Valdevez.

Foi bolsista de investigação no projecto “Cidade e Património Arquitectónico no Século XX: 1910-1974” coordenando o estudo “A «Obra da Rua» no concelho de Paredes” e co-autora do livro “Os presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2013)”.